

# Funaro descarta maxidesvalorização

por Elaine Lerner  
de Brasília



Dilson Funaro

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, assegurou, sexta-feira à noite, que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa é por tempo indeterminado. Disse também, que, "por enquanto, não serão tomadas medidas anti-inflacionárias". Especificou que nada será alterado no mercado financeiro interno. "O governo continua tendo e mantendo a política de desvalorização cambial e não há nenhuma maxidesvalorização cambial prevista. Posso afirmar com segurança", afirmou de volta ao seu gabinete, após passar mais de três horas no Palácio do Planalto. Demonstrando evidente cansaço após as várias reuniões realizadas nos últimos dias sobre a dívida externa, Funaro deixou claro que o Brasil não pediu motória. Houve apenas a suspensão do pagamento de juros dos contratos a longo prazo sem prazo determinado". Segundo ele, no telex enviado aos banqueiros internacionais, informando a decisão brasileira, não consta prazo de retorno do pagamento. Os 90 dias previstos inicialmente foram uma referência dos bancos norte-americanos que, durante este período (três meses), não lançam o não pagamento como débito ("default") completo da dívida brasileira.

Mais uma vez, o ministro da Fazenda desmentiu a possibilidade de instaurar a centralização cambial. Lembrou que atualmente o Sistema do Banco Central (Sisbacen) torna automática a passagem pelo BC de toda a remessa de câmbio através dos computadores dos bancos (sessões de câmbio) ligados ao BC. "Mas isso não é centralização cambial, pois as remessas de pagamento es-

tão sendo emitidas normalmente."

Mesmo tendo suspenso o pagamento dos juros da dívida externa, o ministro assegurou que as reservas brasileiras são suficientes para pagamentos a vista pelos próximos quatro meses. "Essa é a grande diferença entre a situação atual e o Brasil de 1982 que recorreu ao Fundo Monetário Internacional", explicou. Segundo ele, o País tem reservas, é preciso defendê-las. E o ato de suspensão da dívida é medida preventiva para que o País não "fique sem reservas e tenha de recorrer ao FMI", enfatizou.

Funaro alertou que, "se o País chegar a entrar no FMI, aí sim, ficaremos numa posição muito difícil. Agora, apenas suspendemos o pagamento de juros e vamos negociar no momento oportuno". Mais uma vez, o ministro da Fazenda colocou como condição para negociar a manutenção do crescimento brasileiro.

Perguntado se esta posição de manter o crescimento mais a suspensão do pagamento de juros não poderia fazer retornar a proposta de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores, Funaro foi

enfático. Disse que "não temos colocado isso como fator ideológico ou de instabilidade emocional. Temos colocado sempre o problema da dívida como uma forma de negociar para permitir o crescimento brasileiro". Segundo ele, muitas vezes, o povo exige o impossível, "mas, para nós, o importante é não entrar em uma política de recessão".

Defender o crescimento brasileiro não significa mergulhar na euforia entre oferta e demanda verifica-

da logo após a implantação do Plano Cruzado. Para o ministro, hoje o povo brasileiro tem um comportamento diferente. Se naquela época, "o brasileiro tivesse ouvido os apelos para poupar, a inflação, especialmente neste mês de janeiro, seria bem menor, e o ajuste do Plano Cruzado estaria praticamente feito". Durante os próximos meses, Funaro espera que haja um equilíbrio entre demanda e produção, fundamental para manter o crescimento da economia.